

Floema – Ano VII, n. 9, p. 61-71, jan./jun. 2011

## JOSÉ DE ALENCAR E A VIOLÊNCIA DO SERTÃO

*Eduardo Vieira Martins* \*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar o tema da violência em *O sertanejo* (1875), de José de Alencar. No romance, os conflitos decorrem quer da disputa pela posse da terra, quer dos atritos entre os grandes fazendeiros da região, ciosos de manter sua autoridade. Nos dois casos, o pano de fundo é a ausência do poder central nos sertões, onde a função da justiça passa a ser exercida pelos fazendeiros.

**Palavras-chaves:** Romantismo. Sertão. Literatura brasileira. Romance.

*O sertanejo*, de José de Alencar, foi publicado em 1875 e, ao lado das narrativas de Bernardo Guimarães, Visconde de Taunay e Franklin Távora surgidas em torno do mesmo decênio, representa uma das principais contribuições do romantismo para constituir o sertão como espaço de romance. O livro conta a história de Arnaldo Louredo, um sertanejo que vive na fazenda da Oiticica, de propriedade do capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, mas, movido por forte instinto de liberdade, recusa-se a aceitar o emprego de vaqueiro que lhe é oferecido. Colocando-se numa posição indefinida na rígida disciplina que rege as relações entre os habitantes da fazenda, Arnaldo só conquista seu lugar dedicando-se à garantia da segurança do capitão-mor e de sua família, especialmente de D. Flor, a quem ama com adoração. Quando a honra de Campelo e de sua filha é ameaçada

---

\* FFLCH/USP

pelo capitão Marcos Fragoso, outro rico fazendeiro da região, Arnaldo desbarata o plano engendrado para sequestrar a menina, expulsa os agressores do sertão e restitui a paz e a tranquilidade aos moradores da Oiticica.

A ação se passa no século XVIII, no sertão de Quixeramobim, província do Ceará. Em consonância com a prática oitocentista, Alencar compreendia o sertão como as terras pouco povoadas do interior do país, ou, na formulação de Antonio de Moraes Silva, o “mato longe da costa”.<sup>1</sup> Em *O sertanejo*, o espaço é configurado como uma vasta região recém-conquistada, compreendida entre a cidade e a floresta inexplorada. Território de bordas, contém em si elementos dos dois mundos que o confinam: por um lado, os moradores da fazenda e a civilização por eles construída remetem à cidade; por outro, a grandiosa oiticica que se ergue diante da casa de Campelo e dá nome à fazenda é um vestígio da antiga floresta que aí existia, conservada para ser o “lar indígena” da nova morada.<sup>2</sup> Como fronteira de civilização, o sertão é um espaço móvel, que avança para o interior conforme os desbravadores penetram na mata, mas, simultaneamente, cede terreno para a civilização, que, pouco a pouco, caminha sobre ele, domesticando suas terras incultas:

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia.

A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estradas, e se-meia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações. (p. 527)

Compreendido como “terra de conquista” (p. 541), o sertão é percebido como um espaço perigoso, marcado pela violência. O desbravamento dos campos de Quixeramobim é narrado no início do romance. O impulso para a sua ocupação teria sido a criação do gado, o qual, introduzido pelos conquistadores, teria se alastrado rapidamente, atraindo os fazendeiros das capitanias vizinhas para o Ceará. A fundação da fazenda da Oiticica é descrita como parte desse movimento:

Datava do fim do século dezessete a primeira fundação da herdade ou fazenda, como já então se entrava a chamar esses novos solares que os fidalgos de fortuna iam assentando nas terras de conquista, à semelhança do que outrora o haviam feito no reino outros aventureiros, também enobrecidos pelo valor e pelas façanhas. (p. 541)

---

<sup>1</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Fac-símile da segunda edição (1813) RJ: Tipografia Fluminense, 1922.

<sup>2</sup> ALENCAR, José de. *O sertanejo*. In: *Ficção completa e outros escritos*. V. 3. RJ: Aguilar, 1965, p. 541. Todas as citações serão feitas a partir dessa edição.

Obra de “fidalgos de fortuna”, a conquista enobrecia o seu autor. No caso da Oiticica, a façanha coubera ao pai do capitão-mor Campelo:

Com outros sesmeiros, veio de Pernambuco o velho Campelo, que tinha fundado a herdade, e a transmitira por sucessão havia já vinte anos ao filho, atual capitão-mor.

No tempo da fundação da fazenda ainda o formoso e ameno sertão de Quixeramobim, que os primeiros povoadores haviam denominado Campo Maior por causa da extensão, achava-se quase inabitado.

Apenas se encontravam alguns ranchos onde se acolhia uma população vagabunda de aventureiros, que percorriam o sertão, vivendo das rapinas e dos recursos que lhes oferecia a fartura da terra. (p. 542)

Da perspectiva do narrador, a conquista do sertão é concebida como desbravamento de um espaço “quase inabitado”. Ainda assim, o processo não teria sido pacífico, não apenas pela presença de “uma população vagabunda de aventureiros”, mas, principalmente, pelos conflitos entre grandes fazendeiros que disputavam a posse da terra: “Nessa ocupação do solo, a cobiça de envolta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia” (p. 542). Um exemplo dessas disputas foi a “guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas, que se acabou pelo aniquilamento da primeira” (p. 542). Mesmo qualificando-a como “bárbara contenda” (p. 542), o narrador minimiza os horrores cometidos com o argumento de que “tais excessos eram próprios do tempo, e piores praticaram na Europa os ascendentes de muitas das principais famílias” (p. 542, n. 2).

Passadas essas primeiras lutas pela posse da terra, outras viriam, não entre os grandes fazendeiros, mas contra os índios. Os indígenas teriam chegado ao sertão de Quixeramobim no momento da infância de Arnaldo, quando o capitão-mor Gonçalo Pires Campelo já havia herdado a fazenda de seu pai:

Ao tempo destas cenas de infância [...] o sertão de Quixeramobim era infestado pelas correrias de uma valente nação indígena, que se fizera temida desde o Cratiús até o Jaguaribe.

Era a nação Jucá. Seu nome, que em tupi significa “matar”, indicava a sanha com que exterminava os inimigos. Os primeiros povoadores a tinham expellido dos Inhamuns, onde vivia à margem do rio que ainda conserva o seu nome.

Depois de renhidos combates, os Jucás refugiaram-se nos Cratiús, de onde refazendo as perdas sofridas e aproveitando a experiência anterior, se lançaram de novo na ribeira do Jaguaribe, assolando as fazendas e povoados. (p. 683)

Ainda que não se animassem a atacar a Oiticica, “seus insultos eram constantes. Não se passava semana em que não matassem algum agregado da fazenda, ou não queimassem plantações” (p. 683). Por esse motivo, Campelo resolveu combatê-los. Ao final da luta, os Jucás “foram completamente destroçados”, e Anhamum, seu chefe, aprisionado (p. 683).

Da forma como é narrada, podem-se distinguir dois momentos na conquista do sertão de Quixeramobim: o primeiro teria se dado em fins do século XVII, quando os colonizadores assentaram suas fazendas no interior da capitania; o segundo, em meados do XVIII,<sup>3</sup> quando os índios atacaram os fazendeiros que já haviam se instalado na região. No primeiro momento, a colonização é justificada por meio da afirmação de que era feita através da ocupação de um imenso vazio, um espaço percorrido apenas por malfeitores e aventureiros (p. 542). Todos os termos utilizados para caracterizar os habitantes que viviam nesse território visam a atribuir-lhes um caráter nômade, de quem não se fixa na terra para explorá-la, e, por isso, não tem qualquer direito sobre ela: “uma população vagabunda de aventureiros, que percorriam o sertão, vivendo das rapinas e dos recursos que lhes oferecia a fartura da terra” (p. 542). O conflito com os índios é apresentado como tendo ocorrido muitos anos após a primeira ocupação, lapso temporal reforçado para o leitor pelo fato de o episódio ser narrado apenas na segunda parte do romance, bem depois do relato da conquista do sertão, quando a posição e os direitos do capitão-mor Campelo já se encontram bem configurados. Quando o conflito entre brancos e índios finalmente é descrito, a luta é legitimada como guerra justa (essa expressão não é utilizada), motivada pela agressividade dos selvagens que atacam as fazendas. Num rápido comentário presente na citação transcrita mais acima, o narrador chega a abrir uma brecha no relato inicial da conquista, ao afirmar que “os primeiros povoadores [...] tinham expellido [a nação Jucá] dos Inhamuns, onde vivia à margem do rio que ainda conserva o seu nome” (p. 683). A observação, entretanto, não chega a abalar a versão de que teria havido dois momentos no processo de desbravamento, separados por um espaço de aproximadamente cinquenta anos, e que a conquista se justifica como um processo de avanço da civilização sobre a barbárie.

Na descrição dos índios Jucás, duas visões se opõem: a de Campelo e a de Arnaldo. Para o fazendeiro, o índio é o “gentio feroz” que “infesta” o sertão e destrói plantações, e que ele vai “montear” com “numerosa bandeira” (p. 683). Depois de derrotá-los e de aprisionar Anhamum, o capitão-mor pensou em executá-lo em meio a terríveis tortu-

---

<sup>3</sup>A Oiticica foi fundada no fim do século XVII e herdada por Campelo “havia já vinte anos”. Como a ação do romance inicia-se em fins de 1764, a sucessão se deu por volta de 1744. Quando os Jucás atacaram a fazenda, Campelo já era o proprietário, o que situa a chegada dos índios àquelas terras em meados do século XVIII.

ras, fazendo do “suplício do selvagem um espetáculo de incutir o terror” aos índios que haviam sobrevivido à guerra, mas logo desistiu dessa ideia,

e resolveu meter Anhamum numa gaiola de ferro, como se faz com os tigres, e enviá-lo a Lisboa com um procurador, que de sua parte oferecesse a El-rei essa preciosa curiosidade do sertão, ornado de todos os seus petrechos bélicos e insígnias de chefe (p. 684).

Da perspectiva do fazendeiro, o índio é uma ameaça que deve ser eliminada ou, na melhor das hipóteses, um elemento exótico, no mesmo nível de um animal ou qualquer outra “curiosidade do sertão”. Na brutalidade da sua ação, pode-se entrever toda a violência da conquista, aspecto que havia sido ocultado no relato da ocupação do sertão pelos primeiros fazendeiros.<sup>4</sup>

Ao contrário da visão de Campelo, Arnaldo acreditava “que os índios não faziam senão defender a sua independência e a posse das terras que lhes pertencia por herança, e de que os forasteiros os iam expulsando” (pp. 683-84). Apesar de não participar da luta contra os Jucás, assistiu aos combates, e “o denodo do valente Anhamum [...] lhe ganhou a admiração e a simpatia” (p. 683). Quando ficou sabendo que o capitão-mor pretendia executá-lo, o sertanejo resolveu salvá-lo. Libertado pelo rapaz, o chefe indígena tornou-se seu “camarada”, e quando ele lhe pediu que não atacasse mais a fazenda, não teve outra saída a não ser recuar com seus guerreiros. No final do romance, Anhamum atende ao chamado de Arnaldo e ajuda a livrar a Oitica do cerco levantado por Marcos Fragozo para obrigar o capitão-mor a entregar-lhe a mão de D. Flor.

De um lado, portanto, os índios são vistos como os bárbaros que destroem as plantações; de outro, como as vítimas do avanço dos povoadores. Da primeira perspectiva, são a gente “temida” que infesta o sertão, “assolando as fazendas e povoados”, exterminando com “sanha” seus inimigos. Da segunda, “uma valente nação indígena”, expulsa de suas terras depois de “renhidos combates”. Antagônicas, essas visões inspiram diferentes atitudes com relação aos índios: para Campelo, que o vê como um animal (condição expressa não apenas na comparação de Anhamum a um tigre mas também no uso de verbos como “infestar” e “montear”), o caminho a ser seguido é a guerra; para Arnaldo, que o vê com simpatia, a saída é a conciliação e o convívio pacífico. Ao confrontar essas duas posições, o romance tematiza um dos principais aspectos da discussão

---

<sup>4</sup> Quanto ao problema da violência da conquista, Alencar, numa das muitas notas a *Ubirajara* (publicado em 1874, um ano antes de *O sertanejo*), ao ressaltar a lealdade dos índios, afirma que “foi depois da colonização, que os portugueses assaltando-os como feras e caçando-os a dente de cão, ensinaram-lhes a traição que eles não conheciam”. Em outra nota, defendendo o “caráter do selvagem brasileiro”, diz que “a raça invasora buscava justificar suas cruzes rebaixando os aborígenes à condição de feras, que era forçoso montar”. ALENCAR, José de. *Ubirajara*. In: *Obras completas*. V. 3. RJ: Aguilar, 1958, p. 334, n. 17 e p. 353, n. 36.

sobre o indígena no século retrasado, o problema da sua exclusão ou da sua inclusão na sociedade,<sup>5</sup> questão que já havia sido abordada em *O guarani* (1857), por meio do confronto entre Dom Antonio de Mariz e alguns personagens do romance. Para o fidalgo, que elogia o “caráter”, “abnegação” e “heroísmo” do índio, Peri é um “cavalheiro português no corpo de um selvagem”,<sup>6</sup> e, por isso, pode ser integrado à comunidade dos brancos: “— para mim, os índios quando nos atacam, são inimigos que devemos combater; quando nos respeitam são vassalos de uma terra que conquistamos; mas são homens!”.<sup>7</sup> Para Dona Lauriana, ao contrário, o nativo “é um animal como um cavalo, ou um cão”,<sup>8</sup> consequentemente, deve ser expulso da casa.

Como se sabe, o projeto de colonização de Dom Antonio de Mariz não chega a se concretizar, desmoronando no final do romance sob o ataque dos Aimorés. Em *O sertanejo*, algo semelhante ressurge através da visão e da ação de Arnaldo.<sup>9</sup> O fato de os Jucás ajudarem a salvar a família de Campelo indica a possibilidade de um novo tipo de convivência, agora pacífica, iniciar-se entre eles. O caminho aberto por Arnaldo é, portanto, como “indicava” Dom Antonio de Mariz, o da conciliação, o da assimilação do índio ao projeto de colonização do branco. O preço da paz, entretanto, é a perda de suas terras e a submissão à nova ordem erigida pelos conquistadores. Dessa perspectiva, a tensão entre o índio e o colonizador pode ser resolvida em *O sertanejo* através do mesmo tipo de “complexo sacrificial” identificado por Alfredo Bosi em *O guarani* e *Iracema*.<sup>10</sup> Ao mostrar o índio no momento do seu declínio, *O sertanejo* pode ser lido como uma espécie de epílogo da grande epopeia indígena desenvolvida por Alencar: em *Ubirajara* (1874), encontramos os povos autóctones antes da chegada do colonizador europeu; em *Iracema* (1865), assistimos ao contato entre as duas raças e ao nascimento do primeiro brasileiro;<sup>11</sup> em *O guarani* (1857), acompanhamos uma tentativa fracassada de assentamento no interior do

---

<sup>5</sup> Segundo Manuela Carneiro da Cunha, “debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões — solução em geral propícia aos colonos — ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política — solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. Este debate, cujas consequências práticas não deixam dúvidas, trava-se frequentemente de forma toda teórica, em termos da humanidade ou animalidade do índio”. Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no Século XIX”. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

<sup>6</sup> ALENCAR, José de. *O guarani*. RJ: INL, 1958, p. 40.

<sup>7</sup> ALENCAR, José de. *O guarani*. Ed. cit., p. 32.

<sup>8</sup> ALENCAR, José de. *O guarani*. Ed. cit., p. 29.

<sup>9</sup> A visão que Arnaldo tem do processo de colonização é politicamente menos elaborada, contudo, mais favorável ao indígena do que a de Dom Antonio de Mariz.

<sup>10</sup> BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>11</sup> Fruto, não do cruzamento inter-racial, mas do contato do português com a terra americana, metonímica e anagramaticamente simbolizada pela índia.

país; finalmente, em *O sertanejo* (1875), testemunhamos o crepúsculo do povo indígena, que, derrotado pelo avanço do colonizador, deve optar por embrenhar-se em lugares cada vez mais distantes ou submeter-se à nova civilização.

Terra de conquista, convulsionada por conflitos e lutas, o sertão é um lugar violento, qualidade que se constituiu como um dos principais *topoi* dos romances ambientados nesse espaço. Já em *O ermitão do Muquém* (1869), livro que pode ser lido como marco da passagem da voga indianista para a sertanista, Bernardo Guimarães, num rápido prefácio, descreve a primeira parte do seu trabalho como a representação de “cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas”.<sup>12</sup> A violência sertaneja é retomada pelo autor em *O índio Afonso* (1873), que narra as peripécias do protagonista, fugindo da polícia depois da brutal vingança imposta ao homem que tentou violentar sua irmã. O fio do banditismo é retomado por Franklin Távora em *O cabeleira* (1876), ao narrar as atrocidades cometidas por José Gomes e seu bando de cangaceiros. Mesmo *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay, termina violentamente com o assassinato do enamorado Cirino, como que indicando que no espaço épico do sertão não existia lugar para as cores amenas do idílio.

O aspecto violento das comunidades sertanejas certamente seduziu a imaginação de Alencar, que descreve o cenário do seu romance como um lugar marcado pelo perigo. Essa característica leva os grandes fazendeiros que precisam viajar a precaver-se por meio de numerosa escolta para a sua segurança. O capitão-mor Campelo, por exemplo, ao chegar à Oiticica, vindo de Recife, trazia consigo vinte homens fortemente armados. Pertenciam eles

à classe ainda não extinta dos valentões, que os fazendeiros desde aquele tempo costumavam angariar para lhes formarem o séquito e guardarem sua pessoa; quando não serviam, como tantas vezes aconteceu, de cegos instrumentos a vinganças e ódios sanguinários (p. 528).

Quando Marcos Fragoso começou a reunir os homens que deveriam raptar D. Flor, sua chegada foi explicada “de modo a não despertar suspeita: era a escolta que devia acompanhar o moço capitão à sua fazenda das Araras” (p. 652). A prática de fazer-se acompanhar por homens armados era, portanto, tão usual que podia ser alegada para desviar a atenção e dirimir suspeitas. Arnaldo, porém, sempre atento a possíveis ameaças contra a família de Campelo, percebeu no Bargado “uma arrumação e movimento

---

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Bernardo. *O ermitão do Muquém*. São Paulo: Livraria Martins, s/d., p. 23.

d'armas de toda casta, que mesmo para aqueles tempos de falta de segurança, eram desusados, e indicavam preparativos de alguma expedição" (p. 630).

Para proteger-se do perigo constante que os ameaçava, os grandes fazendeiros transformavam suas casas em verdadeiras fortalezas. Assim como a casa de Dom Antônio de Mariz, a Oiticica aproveitava os acidentes geográficos para reforçar sua segurança: "As casas da grande morada eram todas construídas com solidez e dispostas por maneira que se prestariam sendo preciso, não somente à defesa contra um assalto, como à resistência em caso de sítio" (p. 541). Além de construída segundo uma arquitetura defensiva, a vida na fazenda se pautava por regras bastante rigorosas, cuja função era garantir a segurança dos seus moradores, sendo a Oiticica "sujeita a um certo regime militar", do qual não faltava sequer o "toque de recolher" (p. 700). O caráter militarizado da fazenda manifestava-se também na existência de um "calabouço" e de um "quartel" para alojar "acostados e bandeiristas" (p.685), fato apresentado como normal na época. A propósito do Bargado, propriedade de Marcos Fragoso, é dito que "como todas as fazendas de então", possuía uma "caserna" para o "aquartelamento dos acostados" (p. 652).

Como não poderia deixar de ser, o enorme poder desses fazendeiros do sertão refletia-se na sua personalidade e determinava sua maneira de agir:

Os sertanejos ricos daquele tempo eram todos de orgulho desmedido. Habitando um extenso país, de população muito escassa ainda, e composta na maior parte de moradores pobres e vagabundos de toda casta, o estímulo da defesa e a importância de sua posição bastariam para gerar neles o instinto do mando, se já não o tivessem da natureza.

Para segurança da propriedade e também da vida, tinham necessidade de submeter à sua influência essa plebe altanada ou aventureira que o cercava, e de manter no seio dela o respeito e até mesmo o temor. Assim constituíam-se pelo direito da força uns senhores feudais, por ventura mais absolutos do que esses outros de Europa, suscitados na Média Idade por causas idênticas. Traziam séquitos numerosos de valentões; e entreteriam a soldo bandos armados, que em certas ocasiões tomavam proporções de pequenos exércitos. (p.650)

José de Alencar, desenvolvendo um argumento já apontado por Bernardo Guimarães e posteriormente retomado por Franklin Távora, compreende a violência sertaneja como fruto da ausência da autoridade central, cujo braço não alcançava aqueles lugares distantes. A formação da comunidade sertaneja, das formas de convívio que aí se desenvolveram e da mentalidade dos grandes fazendeiros é explicada pelo narrador — que adere ao ponto de vista do senhor de terras — como produto da vida numa região isolada e pouco povoada, onde o vácuo deixado pelo poder legalmente constituído é ocupado



pela justiça privada do fazendeiro. Para impor-se sobre a “plebe altanada ou aventureira”, composta por “pobres” e “vagabundos”, os “sertanejos ricos” mantinham “pequenos exércitos” particulares, dando origem a uma organização social descrita através da analogia com o mundo feudal. Dessa perspectiva, o mandonismo e a violência são justificados como necessários à manutenção da “segurança da propriedade e também da vida”, pois só pela imposição do “temor” os fazendeiros se fariam respeitar. Constituídos pelo “direito da força” no único poder efetivamente exercido nesses ermos, tornavam-se a expressão da lei e da ordem nos seus domínios, ditando regras e punindo todo aquele que, segundo seu alvitre, infringissem-nas (p. 650). Em *O sertanejo*, esses hábitos autoritários, exercidos sem limites sobre os pobres, tornam a convivência entre os “barões sertanejos” impossível:

Tais potentados, nados e crescidos no gozo e prática de um despotismo sem freio, [...] não podiam, como bem se compreende, viver em paz senão isolados e tão distantes, que a arrogância de um não afrontasse o outro.

Quando por acaso se encontravam na mesma zona, o choque era infalível e medonho. Ainda hoje está viva no sertão a lembrança das horríveis carnificinas, consequências das lutas acirradas dos Montes e Feitosas, mais tarde dos Ferros e Aços. (p. 650-51)

A ação de *O sertanejo* — especialmente na segunda parte de romance — gira em torno de uma luta desse tipo, tendo de um lado o capitão-mor Gonçalo Pires Campelo e de outro o capitão Marcos Fragoso. Ambos grandes fazendeiros, ambos de “orgulho desmedido” (p. 650), a relação entre os dois segue num crescendo de tensão que culmina numa grande luta armada. Levado ao sertão de Quixeramobim pela paixão que nutria por D. Flor e pelo intuito de pedi-la em casamento, Fragoso logo reconheceu o caráter sobranceiro do capitão-mor (que anteriormente quase entrara em confronto com seu pai, o falecido coronel Fragoso) e, temeroso de que ele recusasse o seu pedido, preparou um plano para raptá-la. Depois do malogro de uma primeira emboscada, o impulso de Marcos Fragoso foi atacar a Oiticica imediatamente. Contudo, seu amigo Daniel Ferro, mais familiarizado com os hábitos sertanejos, tenta convencê-lo de que ele precisaria de mais homens para ter alguma chance contra Campelo: “— A estratégia pode servir de muito lá para guerra de soldados [...]. Cá no sertão o que decide é a gente e a valentia. O capitão-mor tem uma escolta de cem homens, além dos agregados e escravos da fazenda. Para atacá-lo é preciso aumentar a nossa bandeira” (pp. 697-98). Além de explicitar como o recurso à violência era algo costumeiro no sertão, a fala de Daniel Ferro indica a particularidade desse espaço em relação a outros lugares onde a estratégia pode ter alguma utilidade e aponta para o aproveitamento militar que os fazendeiros faziam dos homens que

viviam em suas terras. Depois de uma segunda tentativa de sequestro, quando Campelo prepara sua bandeira para perseguir Marcos Fragoso, tem-se outra indicação das pessoas recrutadas: para reuni-las, o capitão-mor ordenou ao Padre Teles, seu ajudante, que escrevesse duas cartas

aos parentes de Russas e Aracati, chamando-os a toda pressa com a gente que pudessem juntar. Leandro Barbalho partiria no dia seguinte para reunir uma bandeira no Ouricuri; enquanto Arnaldo seria incumbido de avisar todos os moradores espalhados pelos campos de Quixeramobim até a serra do Baturité (p. 713).

Aos homens da escolta mantidos regularmente pelos fazendeiros somavam-se, nos momentos de conflito, além dos escravos e agregados, os parentes e os moradores da região dominada pelo fazendeiro, seus “vassalos”. Na ocasião do ataque de Marcos Fragoso, entretanto, esses homens não chegaram a ser avisados, pois o capitão levantara um cerco para impedir qualquer comunicação da fazenda com o exterior (p. 715). A superioridade numérica dos agressores é esmagadora, pois cerca da metade da bandeira de Campelo havia saído em uma expedição comandada por Agrela, seu cabo de escolta, iludido por uma manobra diversionista de Fragoso (p. 698-99). A sorte da luta, porém, é mudada por Arnaldo. Ao perceber que o capitão-mor seria atacado, preveniu Agrela de que deveria retornar o mais rapidamente possível (p. 694-95) e enviou um aviso a Anhamum, pedindo que viesse com seus guerreiros em socorro da fazenda (p. 695). Dadas as condições de defesa da Oiticica e o prazo concedido por Fragoso para que Campelo lhe entregasse a filha, houve tempo suficiente para que Agrela e Anhamum chegassem à fazenda e definissem a luta em favor do capitão-mor.

Com a expulsão dos agressores, entrevê-se a possibilidade de se pacificar o sertão. O conflito, presente desde o início da narrativa, quando Aleixo Vargas ateou fogo ao cerrado para tentar matar Campelo, pode, finalmente, encerrar-se. O fato de a vitória do capitão-mor ser alcançada com o auxílio dos Jucás, seus antigos inimigos, abre, como se disse acima, a possibilidade de um novo relacionamento iniciar-se entre eles. Nesse caso, o resultado da ação difere da narrada em *O guarani*, no qual o solar de Dom Antonio de Mariz é destruído pelo ataque dos Aimorés. Em *O sertanejo*, o último romance de José de Alencar publicado durante sua vida, a conquista do sertão pelos criadores de gado, os excessos e as atrocidades cometidos nas lutas entre os “fidalgos de fortuna” que disputavam a terra entre si, a guerra contra os índios, a violência e o mandonismo dos “sertanejos ricos daquele tempo” são ora justificados, ora minimizados, e o grande fazendeiro é apresentado como o único que tem direito à posse da terra. A integração do índio à sociedade do sertão como mais um vassalo do fazendeiro torna-se possível graças à sabedoria

de Arnaldo, que através do respeito e da conciliação, consegue atraí-lo para o âmbito da fazenda.

**Abstract:** This paper aims to analyze the violence in *O sertanejo* (1875), a novel by José de Alencar in which conflicts result either of the disputes for the land, or of the war between farmers, which want to keep their authority in their domains. In both cases, the violence's background is the lack of the central power in the backlands and the rise of the farmers as agents of law.

**Keywords:** Romanticism. Backlands. Brazilian Literature. Novel.

## Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *O guarani*. Rio de Janeiro: INL, 1958.

\_\_\_\_\_. *O sertanejo*. In: *Ficção completa e outros escritos*. V. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

\_\_\_\_\_. *Ubirajara*. In *Obras completas*. V. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.

BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Bernardo. *O ermitão de Muquém*. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Fac-símile da segunda edição (1813) Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1922.